



## LEI DE Nº 1417/2015

**SÚMULA:** AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE ÁREA DE TERRAS A EMPRESA M. MONTANINI – CONFECÇÕES–ME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica pela presente Lei, e com base na Lei Complementar nº 002/2009, de 22/12/2009, o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à empresa **M. MONTANINI – CONFECÇÕES–ME**, inscrita no CNPJ sob nº 22.317.149/0001-31, localizada à Rua Sinop, nº 597, nesta Cidade de Iporã, Estado do Paraná, uma área de terras constituída pelos Lotes de Terras nº **05 da quadra 05**, com a área total de **814,00 m<sup>2</sup>** localizado no Parque Industrial Edivar Sávio Polli, com os seguintes limites e confrontações:

### - LOTE 05 DA QUADRA 05:

**NORTE:** com o rumo de **NO 55°03'**, na distância de **20,35 metros**, confrontando com parte do Lote nº 02 e parte do Lote nº 08, ambos desta quadra;

**LESTE:** com o rumo de **NE 34°57'**, na distância de **40,00 metros**, confrontando com o Lote nº 04, desta quadra;

**SUL:** com o rumo de **NO 55°03'**, na distância de **20,35 metros**, confrontando com a Rua Projetada "A";

**OESTE:** com o rumo de **NE 34°57'**, na distância de **40,00 metros**, confrontando com os Lotes nºs 06 e 07, ambos desta quadra.

§ 1º - A presente Lei de Cessão de Uso é feita com base no art. 58 e seus parágrafos da Lei 002/2009, de 22/12/2009, combinada com a Lei nº 1.095/2010 com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1.281/2013.

§ 2º - Que a empresa beneficiada pela presente Cessão de Uso terá por obrigação o contido no artigo 11, alíneas "a" a "e" e seus parágrafos, sob pena de não o fazendo, a cessão e suas benfeitorias incorporadas retornarem ao poder da administração municipal.

**Art. 2º** - Nos termos da Lei nº 1.095/2010 com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1.281/2013, fica obrigado à empresa as seguintes condições específicas:

§ 1º - Início das obras em até 60 (sessenta) dias, após publicação da lei e conclusão das obras em até 06 (seis) meses.

§ 2º - Não utilizar do imóvel como residência, moradia ou alojamento



mesmo que de forma temporário.

§ 3º - No prazo do § 1º, construir cerca, muro, alambrado ou outra forma de demarcação elevada que possa impedir a entrada de transeuntes e animais de pequeno e grande porte.

§ 4º - Preservar a área cedida, mantendo-a limpa e em bom estado de conservação.

Art. 3º - O imóvel objeto desta cessão somente poderá ser transferido pelo Município à cessionária por instrumento público, após o decurso do prazo de até 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Lei, fazendo-se constar na mesma as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e impossibilidade de hipoteca do mesmo, e verificado o cumprimento de todas as obrigações do art. 11 e seguintes da Lei Municipal nº 1095/2010 com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013.

Art. 4º - O Executivo Municipal fica autorizado a especificar os dados relativos aos imóveis, seus valores, memoriais e metragens, inclusive podendo corrigir eventuais erros nos mesmos, de forma a possibilitar seu registro cartorial.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

<i>Publicado (a) no Diário Oficial dos Municípios do Paraná</i>
Órgão Oficial do Município de Iporã
Edição nº. 0796 Páginas: 72/73 Ano: IV
Data: 22/07/2015
<i>Publicado por: Antenor Xavier de Souza</i> Código Identificador: 74DFC8F2

**ROBERTO DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**